



Ata nº 07/2021

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de
Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS**

Reunião Ordinária - Agosto/2021

Data: 05/08/2021

Local: Microsoft Teams

Presentes: Daniela Setim Rezner (Coordenadora do COMIRAT-RS); Amanda Prestes (Servidora do Departamento de Justiça da SJCDH/RS); Gabriela Penna (Estagiária da SJCDH/RS); Manuela D'Avila (Estagiária da SJCDH/RS); Egidia Muraro (COMIG); Joice Kaefer (Escrivã de Polícia - Representante da SSP-RS); Luisivan Strelow (Diplomata em função de Assessor do ERESUL); Maria Cristina (FGTAS); Pedro Gil Weyne (AVESOL); Simone Peña (STAS); Bibiana Waquil (Analista Social do SJMR); Ana Amelia (MPT); Julia Silveira (NEPEMIGRA e GAIRE); Gisele Netto (ACNUR); Elton Bozzetto (FPMH) e Joseane (Professora FMP).

Pautas:

1. Informes
 - a. Relato Ação Social Canoas (SJMR)
2. Atualização Representação SEDUC
3. Monitoramento da Interiorização
4. Mediação fechamento CRIm
5. Diagnóstico MigraCidades

Atualização Representação SEDUC

Daniela informa que a Secretaria do Estado da Educação enviou ofício referente à atualização da indicação de representantes ao COMIRAT-RS. Agora, as representantes são as professoras do Departamento Pedagógico: Sherol dos Santos (titular) e Sônia Lopes dos Santos (suplente). Daniela questiona se algum membro do COMIRAT-RS tem algo contra e Ana Amélia questiona se está prevista a votação para cada alteração de representantes das instituições que já fazem parte do comitê. **Encaminhamento:** verificar se há necessidade de trazer atualização de representações para conhecimento e votação dos demais membros do comitê.

INFORME: Audiência Pública - Regularização Migratória e fechamento das fronteiras

Elton relata que a convocação da Audiência Pública na Câmara de Deputados pela Comissão de Minorias e Direitos Humanos foi uma mobilização que partiu da solicitação do Fórum Permanente de Mobilidade Humana do RS, diante das publicações de portarias de fechamento das fronteiras, restrição de ingresso e regularização do status migratório. Foi articulada pelas deputadas Luiza Erundina e Fernanda Melchionna. Explica que o delegado



André Furquim da Polícia Federal anunciou que haverá a publicação de uma nova portaria ampliando o prazo pra renovar os documentos vencidos durante a pandemia, embora ainda se enfrente muitas dificuldades com agendamento e atendimento para regularização documental nas unidades da Polícia Federal. Essa violação do direito à regularização migratória provoca outras supressões e violações de direitos, uma vez que a ausência de documentos regulares desencadeia uma série de violações de direitos (emprego, habitação etc). Foi discutido sobre a seletividade dos mecanismos adotados pelo Governo Federal que prejudicam o direito de migrar. Há um projeto legislativo para que sejam suspensos os efeitos da atual portaria em vigor, pelo caráter de empecilho da entrada regular dos migrantes no país, para que retornem os mecanismos que assegurem o direito à migração regular.

Proposições: que a Polícia Federal tome medidas que facilitem o processo de regularização, para que se evite mais prejuízos de direitos, aumentando seu quadro funcional e com parcerias de diálogo dos delegados com instituições como o exemplo de Passo Fundo (Balcão do Migrante da UPF).

Também foi realizada a denúncia de despachantes da Polícia Federal cobrando para conseguir agendamento para os migrantes (um serviço público e gratuito).

Ana Amélia fala que é sempre necessário ter provas e dados para iniciar investigação de denúncias do poder público, pelo menos alguma coisa palpável e para buscar testemunhas. Competência da DPU ou MPF. Elton explica que há muito receio da preservação da identidade nas denúncias, com medo de possíveis represálias ou maiores dificuldades nos processos migratórios. Além disso, reivindicou-se campanhas nacionais de informação do governo de que não há óbice aos imigrantes com documentos vencidos em conseguir emprego/manter-se empregado, devido aos problemas do agendamento da Polícia Federal.

Relato Ação Social Canoas (SJMR)

No sábado, 17 de julho, ocorreu a Ação Social Integrando Horizontes na Associação Legato em Canoas, em parceria com a equipe do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR-POA) e Projeto Petra. A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS esteve presente na abertura oficial da Ação, representada pela servidora Amanda Prestes e estagiárias Gabriela Penna e Manuela D'Avila. A região possui grande incidência de migrantes de várias nacionalidades, em especial de venezuelanos e haitianos, que buscam orientações junto à Associação Legato. Por esse motivo, a Associação buscou estabelecer parceria com o SJMR no sentido de ampliar o atendimento especializado aos migrantes e refugiados residentes no território da cidade. Bibiana, Analista Social do SJMR, relata que foi a primeira ação do SJMR fora de Porto Alegre e explica que a Associação Legato trabalha com uma educação inclusiva e foi possível agregar novas metodologias. Teve um alcance na comunidade local e a maior parte da busca foi em relação à inserção laboral, auxílio na elaboração de currículos e doações de roupas.

A próxima atividade está sendo a Reforma na Biblioteca Aninha Peixoto (Rubem Berta que tem cursinho popular e faz atendimentos aos migrantes da região), junto com a comunidade que frequenta o espaço. No momento da inauguração, haverá um evento do SJMR Itinerante com espaço para atendimento psicossocial e jurídico. Bibiana convida que caso algum dos membros do COMIRAT-RS queiram ofertar algum atendimento no SJMR Itinerante ou auxiliar na reforma da biblioteca, basta entrar em contato com ela.



Monitoramento da Interiorização

Na reunião de junho/2021 do COMIRAT-RS a Bibiana apresentou o projeto de Monitoramento. Agora será apresentado o projeto de cooperação entre SJMR e SJCDH para tornar possível o Monitoramento da Interiorização no RS. Bibiana apresenta o Plano de Trabalho, sobretudo a metodologia e a atualização das formas de operacionalizar o Monitoramento da Interiorização de migrantes no estado, sobretudo nos dois eixos (diálogo com os gestores e diálogo com usuários). O Plano de Trabalho está aberto para que os membros contribuam e façam sugestões, entendendo o COMIRAT-RS como espaço de representação social e discussão política.

Ana Amélia refere os problemas da Operação Acolhida (denúncias com relação aos trabalhos das vagas sinalizadas) e acha que é importante a relação entre a política federal (responsável pela interiorização) para que a informação efetivamente chegue. Porque mesmo que qualifiquem os pontos focais, a informação tem que chegar. Refere que as informações são desatualizadas, impedindo que os órgãos realizem ações para que esse fluxo se dê da melhor forma possível.

Bibiana salienta como a sociedade civil identifica muitas lacunas nos processos de interiorização e busca se colocar como parceiro. Informa como muitas empresas vão até Roraima ou Amazonas entrevistar os migrantes para as vagas sinalizadas de trabalho. É importante o diálogo com a coordenação da Operação Acolhida (Secretaria Nacional de Assistência Social), articulação que a SJCDH deve fazer. Acredita que a nível local é importante se aproximar dos usuários, para ter o retorno dos processos de interiorização e pensar qualificação a nível estadual. Para então levar como demanda para o governo federal, subsidiando a cobrança por respostas e qualificações.

Elton ressalta como é importante que a divulgação dos fluxos de interiorização sejam realizadas de forma ordenada e planejada, para que não sejam apenas sobrecarregadas as organizações da sociedade civil e haja condições da rede de acolhimento ser ativada. Entende haver uma dicotomia entre o governo federal tentando se livrar de um problema e não necessariamente organizando o fluxo migratório.

Bibiana explica que, em princípio, haverá um Núcleo Regional de Interiorização, como efeito da busca pela qualificação do diálogo entre a Operação Acolhida e os municípios de acolhida do RS. Bibiana será o ponto focal entre o Exército, organizações internacionais e o estado, manterá a rede informada.

Mediação fechamento CRIIm (Porto Alegre)

O primeiro Centro de Referência ao Imigrante de Porto Alegre começou as atividades em abril/2021, vinculado à Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. “O Centro de Referência para Imigrantes possibilitará o atendimento de forma planejada e focada nas necessidades dessa população. Permitirá também a construção de novos projetos para promover a inclusão social dos imigrantes e refugiados em Porto Alegre, além de integrar melhor os serviços municipais e federais neste setor. A OSC definida para gerir o Centro foi definida por meio de chamamento público: Organização Social Civil Sempre Mulher - Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais. O termo de colaboração tem vigência de 12 meses, com um investimento total de R\$ 289,9 mil, pago em parcelas mensais de R\$ 24.166,25. Os recursos são oriundos de convênio da SMDS



com o Ministério da Justiça. (<https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/prefeitura-abre-centro-de-referencia-aos-imigrantes>)

Em julho/2021 o serviço foi suspenso por falta de pagamento para a organização social civil Sempre Mulher, responsável pela gestão do espaço. Em nota, a Secretaria de Desenvolvimento Social informou que os recursos são oriundos de um convênio com o Ministério da Justiça e não foram repassados ao município pelo governo federal.

(<https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/07/centro-de-referencia-ao-imigrante-suspende-atividades-apos-menos-de-100-dias/>)

Daniela sugere, portanto, que o COMIRAT-RS realize uma proposta para que a Prefeitura faça uma nota pública sobre a justificativa da ausência de repasse da verba para manutenção das atividades do CRIm, as razões para o fechamento e explicação sobre o que está sendo feito para solucionar, previsão de retorno das atividades, esclarecimento às entidades e usuários.

Ana Amélia relata que na reunião do COMIRAT-POA isso foi pauta e houve bastante reclamação sobre a ausência de transparência das informações e de comunicação da Prefeitura. As questões apresentadas na reunião do COMIRAT-POA não foram muito esclarecedoras. Está de acordo com a solicitação da divulgação de razões do encerramento das atividades, da ausência de recursos e dos planejamentos de solução. **Encaminhamento:** envio pelo COMIRAT-RS de uma solicitação à Prefeitura de POA.

Neusa Heinzemann (coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose do RS) adiciona que todos os órgãos ligados à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social que estão hoje na Rua dos Andradas, 1643, vão sair de lá. Tem mais problemas nesta situação.

Diagnóstico MigraCidades

Após reunirmos informações de verificação de uma série de indicadores sobre cada uma das dimensões de governança migratória na etapa de Diagnóstico do MigraCidades, foi possível observar os pontos represados na pauta migratória do RS. Com isso, produzimos um documento com a indicação desses pontos para análise dos membros do COMIRAT-RS e orientar as ações do comitê. A sugestão é que após a análise dos membros, na próxima reunião seja pautada algumas dimensões e pensado ações e políticas. Documento em anexo.

INFORME: Voo Fretado e Chegada de Haitianos sem Visto

Bibiana relata a chegada de 183 haitianos pelo voo fretado organizado pela Associação de Integração Social (AINTESO). A ação que foi movida pelo advogado da AINTESO na 6ª Vara Federal de POA contempla todos os haitianos, não só os que ingressam no processo. Essa ação que deu origem a decisão que possibilitou a entrada sem visto pode ser utilizada por outros migrantes e é pública. A partir da repercussão positiva, é necessário divulgar as informações sobre o visto e próximos voos.

Encaminhamentos:

1. Análise da votação de atualizações de representantes dos membros do comitê



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

2. Solicitação de nota pública da Prefeitura de POA sobre o CRIM
3. Envio do documento sobre o diagnóstico do MigraCidades para análise e sugestões
4. Encaminhamento do Plano de Trabalho do Monitoramento da Interiorização
5. **Próxima reunião COMIRAT-RS/Setembro: 02/09/2021 às 14h.**